

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA, DE PROJETOS E PROCESSOS
SUPIN – SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS e
INFRAESTRUTURA
GEPIN.2 - GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS**

PROCESSO ADM Nº 124/2021

PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 002/2022

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE
SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E
REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO DESENVOLVE SP**

OC: 203501200832022OC00002

SUMÁRIO

DOCUMENTO	PAG.
ÍNDICE	2
SÚMULA	3
EDITAL	4
ANEXO I – Descrição e Especificações Mínimas do Objeto	23
ANEXO II – Declaração – Política de Responsabilidade Socioambiental	39
ANEXO III – Modelo de Declarações	41
ANEXO IV – Minuta de Contrato	44
ANEXO V – Termo de Ciência e de Notificação	62
ANEXO VI – Declaração de Documentos à Disposição do TCE – SP	64
ANEXO VII – Modelo de Proposta Comercial	67

SÚMULA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 002/2022

PROCESSO: ADM Nº 124/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO DESENVOLVE SP

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

INTERESSADO: SUPIN – SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E INFRAESTRUTURA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

OC203501200832022OC00002

PRAZOS E DATAS DO PREGÃO	
EVENTO	DATA/HORA
Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica	08/02/2022
Abertura da Sessão Pública	04/03/2022, às 10:00hs

DIRETORIA ADMINISTRATIVA, DE PROJETOS E PROCESSOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E INFRAESTRUTURA
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS
Rua da Consolação, nº 371 - Consolação - São Paulo - Capital
Fone: (11) 3123-6028
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO

PREÂMBULO

O **DESENVOLVE SP** - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., doravante designado simplesmente **DESENVOLVE SP**, por meio da Autoridade subscritora ao final assinada, torna público para conhecimento de todos quantos se interessarem, a abertura de licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL**, objetivando a **Contratação de serviços técnicos de suporte à concessão, gestão, acompanhamento e registro em banco de dados de proteção ao crédito da carteira de crédito do Desenvolve SP**, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as seguintes disposições: Decreto Estadual nº 49.722 de 24/06/2005, Resolução CEGP nº 10 de 19/11/2002, Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/1989 com suas alterações, os Decretos Estaduais nº 47.297 de 06/11/2002 e nº 51.469 de 02/01/2007, Resoluções SF nº 23 de 26/07/2005 e SF nº 15 de 19/03/2007, Resolução CC nº 48 de 05/11/2007 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios do **DESENVOLVE SP** e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia **04/03/2022**, às **10:00hs**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, conforme designação constante no **Processo ADM nº 124/2021** e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços técnicos de suporte à concessão, gestão, acompanhamento e registro em banco de dados de proteção ao crédito da carteira de crédito do Desenvolve SP, de acordo com as características e especificações descritas no **ANEXO I**, parte integrante deste Edital.

1.2 - O prazo para início da prestação dos serviços, objeto deste Edital, será de 2 (dois) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

1.3 - O Contrato decorrente desta licitação será celebrado pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite da Lei.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Pública Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública, pois autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br**.

2.2. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

I - cuja falência haja sido decretada ou que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial;

II - em consórcio;

III - que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo, enquanto perdurar o motivo determinante da

punição ou até que seja promovida sua reabilitação, em data anterior à abertura da licitação;

IV - que esteja suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração Pública na esfera do Governo do Estado de São Paulo;

V - que tenha como sócio, dirigente ou responsável técnico, empregado ou membro de qualquer órgão estatutário do **DESENVOLVE SP**;

VI – que esteja impedida de participar do certame por norma legal;

VII – empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

2.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP relativos ao Pregão Eletrônico.

2.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC-27 de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem **5.10**, bem como para a fruição do benefício previsto na **alínea “g”** do subitem **5.15**, a licitante, na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, deverá estar registrada junto ao CAUFESP, sem prejuízo do cumprimento dos demais itens previstos neste Edital e na legislação vigente.

3. DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço **www.bec.sp.gov.br** na opção “PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário

previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. A Proposta Comercial deverá conter: **(i)** preço unitário de cada produto informado no **ANEXO VII**; **(ii)** o preço total considerando as estimativas dispostas no **ANEXO VII** e; **(iii)** o preço total global de todos os produtos.

3.2.1. A Proposta Comercial deverá ser elaborada com observância às características e especificações contidas no **ANEXO I**, e adotando-se o modelo de Proposta Comercial que constitui o **ANEXO VII**, cujos preços deverão ser incluídos pela licitante em formulário eletrônico próprio disponibilizado na BEC/SP.

3.2.2. Os preços ofertados pela licitante deverão abranger todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste Edital, incluindo-se mão-de-obra, remunerações, materiais de uso e consumo, seguros, transportes, fretes, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, securitários, tributários, previdenciários e outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão deste certame, ficando certo que não caberá à **DESENVOLVE SP** quaisquer custos adicionais.

3.2.3. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.4. Caberá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação, sendo certo que, em caso de omissão da licitante, será considerado o prazo mínimo previsto neste subitem.

3.6 - Tratando-se de proposta apresentada por sociedade cooperativa de trabalho, esta deverá discriminar os valores dos insumos, especialmente dos serviços sobre os quais incidirá a contribuição previdenciária que constitui obrigação do **DESENVOLVE SP**.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, no caso de sociedade empresária ou cooperativa;
- c)** documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d)-** ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- f)** registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971.

4.1.2. REGULARIDADE FISCAL

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ) na situação ativa;
- b)** certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- c)** certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
- a.1)** se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil;

a.2) caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar ainda do atestado, a identificação do signatário e ser apresentado em papel timbrado do emitente

4.1.4.2 O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter dados aptos a identificar o(s) emitente(s) e possibilitar contato para validação.

4.1.5. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

4.1.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.1, afirmando que:

a) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do Decreto Estadual nº 42.911, de 06/03/1998;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

4.1.5.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.2, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.1.5.3. A comprovação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá ser realizada da seguinte forma:

a) se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

b) se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte” expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

4.1.5.4. Tratando-se de cooperativa, a licitante deverá, nos termos do artigo 28 da Lei n.º 5.764, de 16/12/1971, comprovar a constituição obrigatória, mediante apresentação do estatuto do:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com dez por cento, pelo menos, das sobras líquidas do exercício; e

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

4.1.5.5. Apresentação do certificado de cadastro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto na Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto Federal nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações que compõem os requisitos de habilitação deste Edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

4.2.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro limitar-se-á ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Será desclassificada a proposta:

I - que impuser condições diferentes das estabelecidas nesta licitação;

II - que apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atender aos requisitos mínimos previstos neste Edital e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão do Pregão Eletrônico;

III - cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

IV - elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, ou ainda, que se baseie em proposta de preços das demais licitantes.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.5. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

5.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, que deverão ser inferiores à proposta de **MENOR PREÇO** apresentada ou último lance anteriormente registrado no sistema, observando-se que o redutor mínimo entre cada lance não poderá ser inferior a **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** e incidirá sobre o valor da taxa de agenciamento, prevalecendo o primeiro lance recebido e registrado, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.7. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando-se que a etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.

5.7.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, por mais 3 (três) minutos, visando a continuidade da disputa, quando houver lance ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período previsto no subitem 5.7 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática, até que não sejam registrados quaisquer lances adicionais.

5.8. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico, em tempo real:

- a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores, sendo vedada a identificação do respectivo detentor do lance;
- b) do tempo restante para o encerramento da etapa, bem como do tempo de prorrogação desse encerramento.

5.8.1. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados nos subitens **5.7** e **5.7.1**.

5.9. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, sendo considerado, nesta hipótese, o último preço válido ofertado.

5.10. Com base na classificação a que alude o subitem **5.9**, serão asseguradas às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.10.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, poderá apresentar preço inferior ao da melhor classificada, após o início da fase de Direito de Preferência, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.10.1.1 A convocação de que trata o subitem **5.10.1** far-se-á ao término da etapa de lances, automaticamente, por meio de aviso lançado no sistema de que está sendo iniciado o direito de preferência para o item selecionado.

5.10.2. Não havendo a apresentação de novos preços inferiores ao preço da proposta melhor classificada, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem **5.10.1**, poderão exercer o direito de preferência, respeitada a ordem de classificação.

5.10.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem **5.9**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.11. O Pregoeiro poderá negociar com a licitante que apresentar a oferta de **MENOR PREÇO**, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.12. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a proposta de menor preço, decidindo, motivadamente, sobre sua aceitabilidade.

5.13. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data de apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo **DESENVOLVE SP** e em obediência aos preços vigentes da natureza do serviço e/ou produtos de que trata o presente.

5.14. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo VII** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame, ressaltando que o sistema BEC permite o envio de apenas um arquivo, clicando no botão “**Enviar Anexo**”.

5.14.1. No formulário eletrônico do encaminhamento da proposta deverá ser anexado o arquivo da proposta comercial, de acordo com o modelo do **Anexo VII**.

5.14.1.1. O preço proposto inclui todos os custos e despesas direta ou indiretamente necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, inclusive tributários, sociais e trabalhistas, bem como o lucro da empresa de forma que nenhuma outra remuneração seja devida por conta da contratação licitada.

5.14.2. A Proposta Comercial deverá ser elaborada de acordo com o modelo indicado no **Anexo VII**, cujos preços deverão ser incluídos pela licitante em formulário eletrônico próprio disponibilizado na BEC/SP, sendo certo que as licitantes deverão preencher todos os campos exigidos neste Edital.

5.14.3. Não será recebida Proposta Comercial via fac-símile e nem tampouco será admitida Proposta Comercial alternativa.

5.14.4. Nenhuma Proposta Comercial será recusada por formalidades que não impliquem a essência do procedimento licitatório, desde que seja possível a aferição da qualificação da licitante e a exata compreensão da sua proposta durante a realização do Pregão Eletrônico.

5.14.5. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar as licitantes a composição de preços unitários do objeto do contrato, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

5.14.6. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 2 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo VII**.

5.14.7. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem **5.14**, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, o Pregoeiro passará ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

-
- a)** verificação dos dados e informações do(s) autor(es) da(s) oferta(s) aceita(s), constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no **item 4** deste Edital;
- b)** caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no **item 4** deste Edital, o Pregoeiro poderá suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c)** a licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do Sistema BEC e, em caso de impossibilidade devidamente comprovada, **(i)** por e-mail, em arquivo formato PDF, para endereço eletrônico: **compras@desenvolvesp.com.br**; ou, ainda, **(ii)** entregar seus originais ou cópias autenticadas, na Gepin.2 – Gerência de Compras e Contratos do **DESENVOLVE SP**, localizada à Rua da Consolação, 371 - 7º andar - Consolação - São Paulo – SP;
- d)** caso as certidões e/ou os documentos apresentados pelas licitantes, quando do cadastramento no **CAUFESP** ou, quando for o caso, encaminhados na forma prevista no subitem **5.15, alínea “c”**, estiverem com prazos de validades vencidos, será exigido da licitante que apresentar a melhor oferta, o encaminhamento pela forma prevista no subitem **5.15, alínea “c”** deste Edital, de novas certidões/documentos, dentro do prazo de validade, que comprovem a regularidade requerida, sob pena de inabilitação da respectiva licitante;
- e)** a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea **“b”**, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea **“c”**, ambas deste subitem **5.15**. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas **“b”** e **“c”**, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- f)** os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea **“c”** (exceto o inciso ii), do subitem **5.15**, deverão ser apresentados aos cuidados da Gepin.2 - Gerência de Compras e Contratos, localizada à Rua da Consolação, 371 - 7º andar - Consolação - São Paulo – SP, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;
-

g) para habilitação das licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem **4.1.2** deste Edital, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

h) constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

i) havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade;

j) por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico ou por meio presencial.

5.16. A licitante habilitada nas condições da alínea “g” do subitem **5.15** deverá comprovar a sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.17. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “g”, do subitem **5.15**, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem **5.16** para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal.

5.18. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que trata o subitem **5.16**, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.19. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens **5.16** a **5.18**, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem **5.9**, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. Declarada a licitante classificada em primeiro lugar, qualquer licitante poderá manifestar no prazo de 15 (quinze) minutos a intenção de recorrer, devidamente motivada, após o que lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis** para

apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.2. É assegurada às licitantes vista imediata do processo de que trata o presente Pregão na Gerência de Compras e Contratos do **DESENVOLVE SP**, localizada à Rua da Consolação, 371 - Consolação - São Paulo/SP.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, observados os prazos estabelecidos.

6.4. A falta de interposição de recurso ou o descumprimento de algum de seus requisitos importará a decadência do direito de recorrer, cabendo ao Pregoeiro adjudicar o objeto do certame à licitante declarada vencedora, na própria sessão, encaminhando o processo à autoridade competente, para a homologação, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes.

6.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.1 O(s) resultado(s) do(s) julgamento(s) do(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será(ão) divulgado(s) no site www.bec.gov.br.

7. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) na suspensão da sessão pública e a sua retomada no ponto em que foi suspensa, sem prejuízo dos atos realizados até então, se ocorrer fora da etapa de lances;

b) na continuidade na apresentação de novos lances pelas licitantes, até o término do período de duração inicial estabelecido no subitem **5.7** deste Edital, se ocorrer durante a etapa de lances.

7.2.1. Se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e somente será reiniciada após comunicação expressa às licitantes, através do Sistema BEC, de nova data e horário para a sua continuidade.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico por parte de qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame, arcando a respectiva licitante com eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação decorrente desta licitação, observado o subitem **8.2**, será formalizada mediante a:

- a)** assinatura da Minuta de Contrato, que integra este Edital como **Anexo IV**;
- b)** assinatura do Termo de Ciência e de Notificação referente à Resolução n.º 03/2017 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, consubstanciada no **Anexo V** deste Edital;
- c)** assinatura da Declaração, devidamente assinada, referente à Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), consubstanciada no **Anexo II** deste Edital;

8.1.1. À vista do disposto no parágrafo terceiro, do artigo 195 da Constituição da República Federativa do Brasil, o **DESENVOLVE SP** poderá requisitar, na ocasião da formalização do Contrato, os documentos previamente apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, caso esses documentos estejam com o prazo de validade expirado, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentá-los novamente, com o prazo de validade vigente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de não se realizar o Contrato.

8.1.2. Poderá o **DESENVOLVE SP**, dentro de suas possibilidades, verificar a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios.

8.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida mediante comprovação de que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

8.2. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, comparecer ao **DESENVOLVE SP** para assinatura/apresentação dos

documentos indicados nas alíneas do subitem **8.1**. O prazo mencionado poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pelo **DESENVOLVE SP**.

8.2.1. O Contrato deverá ser assinado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante adjudicatária, nos termos de seu contrato social ou por procurador, com poderes especiais para o ato, devendo, em qualquer hipótese, ser apresentada a cédula de identidade e o CPF/MF do(s) signatário(s).

8.2.2. As condições constantes da “minuta” constituem basicamente o texto integral do Contrato a ser firmado com a licitante adjudicatária, obrigando-se está, desde já, por seu mais amplo conhecimento, a aceitá-lo tal como redigida, para todos os fins e efeitos jurídicos emergentes desta licitação.

8.2.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato conforme estabelecido no subitem **8.1** e/ou a entregar os documentos válidos requisitados dentro dos respectivos prazos, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida pela Adjudicatária, sujeitando-a a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimativo da contratação, cumulada com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **DESENVOLVE SP**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, ficando sujeita, ainda, às demais sanções previstas na legislação e neste Edital.

8.2.4. Para os fins previstos no subitem **8.2.3**, será considerado também como recusa injustificada o não atendimento, pela licitante, na forma e prazos estabelecidos, à convocação para a finalidade referida nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem **8.1** deste Edital.

8.3. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária:

a) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, nos moldes do subitem **5.16**, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, do subitem **5.15**;

b) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os subitens **8.1** e **8.1.2**;

c) recusar-se a assinar/apresentar os documentos mencionados nas alíneas do subitem **8.1.1**; ou

d) for proibida de participar desta licitação, nos termos do subitem **2.2** deste Edital.

8.3.1. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

8.3.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE e no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

8.3.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições deste edital que couberem na fase retomada.

9. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. Ficará impedida de licitar e contratar com o **DESENVOLVE SP**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

9.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas neste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

9.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.4. O **DESENVOLVE SP** poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas à Contratada por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou nos termos do contrato.

9.5. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos previstos nos artigos 83 e 84 da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1. Qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”.

10.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão juntadas aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será lavrada ata circunstanciada da sessão do Pregão, assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, a qual será disponibilizada às interessadas no site www.bec.sp.gov.br.

11.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

11.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.4. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

a) para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

b) para os demais, até a etapa de habilitação.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa.

11.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7. O **DESENVOLVE SP**, na salvaguarda de seus interesses e conveniências, poderá solicitar a qualquer tempo ou fase desta licitação, e as licitantes se obrigam

a prestar, todos os esclarecimentos necessários, quer através de documentos ou de sindicâncias, quer por verificações *in loco* visando aferir a capacidade técnica e administrativa destas, podendo, ainda, promover diligências nos termos previstos no artigo 14, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio do **DESENVOLVE SP** e no parágrafo segundo do artigo 56 da Lei Federal nº 13.303/2016.

11.8. O Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de qualquer área do **DESENVOLVE SP** e/ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, ficando-lhe assegurado, ainda, o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências das licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

11.9. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO”.

11.10. Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela licitante que for contratada, serão atualizados pelo IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou por outro que legalmente o substitua ou o represente, calculado "pro rata die", durante o período de atraso, e acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.

11.11. A licitante que, relativamente ao presente certame: **(i)** convocada dentro do prazo de validade da sua Proposta, não celebrar o Contrato; **(ii)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou, apresentar documentação falsa; **(iii)** ensejar o retardamento da execução do seu objeto; **(iv)** não mantiver a Proposta Comercial apresentada; **(v)** falhar ou fraudar na execução do Contrato; ou **(vi)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, com referência à presente licitação, observada a legislação vigente, ficará sujeita a uma ou mais sanções, a seguir estabelecidas:

I - desclassificação, se a licitação estiver na fase de julgamento das propostas comerciais;

II - inabilitação, se a licitação estiver na fase do julgamento habilitatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **DESENVOLVE SP**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

11.12. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

11.13. O Foro competente para dirimir controvérsias decorrentes deste instrumento convocatório será o Privativo das Fazendas Públicas da Comarca da Capital do

Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2022.

DÉBORA SOARES ROCHA

ANEXO I

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 002/2022

PROCESSO: ADM Nº 124/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO DESENVOLVE SP.

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETIVO

1. Contratação de serviços técnicos de suporte à concessão, gestão, acompanhamento e registro em banco de dados de proteção ao crédito da carteira de crédito do Desenvolve SP.

PRAZO

2. O prazo do contrato com a licitante vencedora será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado até o limite da Lei.

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELA LICITANTE:

3. Para subsidiar o processo de concessão, gestão, acompanhamento e recuperação de crédito, a empresa deverá fornecer, no mínimo, os serviços condizentes às necessidades a seguir elencadas:

a) Análise cadastral

Importante ressaltar que o cadastro é um dos principais ativos das instituições financeiras. Com relação aos dados Cadastrais, as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central são normatizadas, através de legislação específica, e sua análise dá suporte inclusive ao processo de prevenção à lavagem de dinheiro. A Lei nº.12.414 de 09/09/2011, é a legislação base do denominado Cadastro Positivo, que dispõe sobre a reunião de informações dos diversos agentes financeiros e não financeiros a respeito dos hábitos de pagamentos de pessoas físicas e jurídicas, bem como a consulta aos bancos de dados dos Gestores de Banco de Dados (GBD).

b) Concessão de crédito

Para viabilizar a concessão de crédito aos clientes, deve-se obedecer às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil quanto à classificação de risco do cliente, da operação e de responsabilidade socioambiental: Há necessidade de ferramentas para a classificação do risco do cliente, conforme determina a resolução BACEN 2682/99, que utilize diversas variáveis, a saber:

- i) situação econômico-financeira;
- ii) grau de endividamento;
- iii) capacidade de geração de resultados;
- iv) fluxo de caixa;
- v) administração e qualidade de controles;
- vi) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- vii) setor de atividade econômica;
- viii) comportamento socioambiental, dentre outros fatores.

c) Acompanhamento de crédito

Recomenda ainda o Banco Central do Brasil, que as instituições financeiras utilizem mecanismos de acompanhamento dos créditos já concedidos, com o intuito de acompanhar o fluxo de pagamentos e de gerir a carteira, através da revisão e atualização do rating do cliente, bem como da necessidade de reclassificação mensal das operações em caso de inadimplemento (Resolução 2682), além do atendimento à Lei 9.430/96 quanto ao reconhecimento de perdas e apropriação de rendas.

d) Acompanhamento de garantias

É necessário ainda que as empresas forneçam informações com qualidade, que demonstrem capacidade suficiente à satisfação dos seus compromissos e apresentem garantias adequadas para definição da classificação de risco (Resolução 2682/99). Além disso, a Lei 9430/96 apresenta disposições acerca de procedimentos a serem adotados para créditos lastreados por garantia real, o que exige maior controle por parte do Desenvolve SP.

e) Cobrança e recuperação de crédito

Como parte da política de cobrança, as instituições financeiras têm utilizado serviços de entidades de proteção ao crédito, uma vez que estas são obrigadas a emitir comunicação ao devedor, conforme determina o Código Civil, em seu artigo 397 § único, o Código de Defesa do Consumidor, art. 43, §2º e Lei Estadual 15.569/15. Com isto, tem-se uma ferramenta mais eficiente de cobrança e evitam-se custos com a emissão de cartas de cobrança, que poderiam não surtir o mesmo efeito. Quanto às empresas em falência/recuperação judicial/concordata, é importante que o fornecedor das informações tenha abrangência em mercado nacional.

f) Histórico de consultas

Importante ainda, que a empresa fornecedora dos serviços disponha de histórico das consultas realizadas pela instituição e o controle de todos os acessos, visando

evitar gastos desnecessários com consultas em duplicidade e/ou consultas que não façam parte do objetivo da instituição.

4. Complementando os serviços utilizados pela instituição na concessão e gestão de crédito da carteira, a empresa a ser contratada deve disponibilizar ainda:

- a)** Análise cadastral;
- b)** Enriquecimento de base de dados cadastrais;
- c)** Acesso a dados do Cadastro Positivo;
- d)** Mecanismo de atribuição de probabilidade de perda e classificação de risco para pessoa física para um horizonte de, pelo menos, doze meses;
- e)** Mecanismo de atribuição de classificação de risco para pré-qualificação de empresas para prospecção;
- f)** Mecanismo de atribuição de probabilidade de perda e classificação de risco para pessoa jurídica num horizonte de, pelo menos, doze meses;
- g)** Análise de demonstrativos contábeis e financeiros;
- h)** Estudo setorial;
- i)** Apuração de risco de crédito, com base nas análises efetuadas e em modelos matemáticos e estatísticos;
- j)** Dados de grupos econômico e familiar;
- k)** Informações socioambientais;
- l)** Acompanhamento de pontualidade de pagamentos;
- m)** Acompanhamento de processo de cobrança;
- n)** Apontamentos restritivos de crédito;
- o)** Mecanismo para recepção, envio de correspondência e inclusão em base restritiva de clientes inadimplentes;
- p)** Acompanhamento financeiro-comportamental;
- q)** Informações sobre pessoas politicamente expostas;

-
- r) Informações sobre empresas abrangidas pela Lei 11.101/05 (falência, recuperação judicial) e situações ainda existentes de concordata (Decreto Lei 7.661/45);
 - s) Outros produtos e subprodutos que o fornecedor venha a disponibilizar visando ao aprimoramento dos serviços fornecidos;
 - t) Controle de acesso aos produtos e serviços oferecidos;
 - u) Histórico de consultas.

REQUISITOS BÁSICOS DAS LICITANTES

- 5. A licitante deve possuir banco de dados consistente, que reúna, no mínimo, 700.000 (setecentas mil) pessoas jurídicas e 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) pessoas físicas, que possam ser consultadas pela Desenvolve SP.
- 6. A licitante deve atender a todos os grupos elencados neste Memorial Descritivo, permitindo a emissão de relatórios consolidados segmentados por pessoa física e por pessoa jurídica. Concomitantemente, a licitante deve permitir consultas/relatórios para um grupo ou grupos específicos (dentre os elencados neste Memorial) a critério da Desenvolve SP.

REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS

- 7. Em quaisquer dos casos deve haver as seguintes informações básicas, além das existentes no grupo pesquisado.

a) Para pessoas físicas deve constar:

- I – nome;
- II – CPF e situação do CPF na Receita Federal do Brasil;
- III - data de nascimento; e
- IV - nome da mãe.

b) Para pessoas jurídicas deve constar:

- I - razão social;
- II – CNPJ e situação do CNPJ na Receita Federal do Brasil; e
- III - data de constituição da empresa.

- 8. A licitante deve apresentar, em qualquer dos casos, a possibilidade de o Desenvolve SP consultar a probabilidade de inadimplência e classificação de risco do CPF/CNPJ consultado. Tanto a probabilidade de inadimplência quanto a classificação de risco devem levar em consideração um horizonte de 12 (doze) meses e ser elaboradas com base em modelos matemáticos/estatísticos, que efetuem ponderações e atribuam pontuações para as variáveis analisadas.

9. Ademais, as licitantes deverão observarem os requisitos constantes nos quadros abaixo:

GRUPO 1 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (DADOS CADASTRAIS PESSOA JURÍDICA)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
01	Razão social	Sim
02	Nome fantasia	Não
03	Porte da empresa	Sim
04	Número do CNPJ	Sim
05	Situação do CNPJ na Receita Federal do Brasil	Sim
06	Nome do Grupo Econômico	Sim
07	Número do último registro na Junta Comercial/Cartório e data de registro	Sim
08	Data da Fundação	Sim
09	Tempo de Constituição	Não
10	Valor do capital total	Sim
11	Valor do capital integralizado	Não
12	Atas/estatutos/contratos/alterações contratuais/atas ou alteração contratual da diretoria e ou administração atual	Não
13	Controle societário (público, privado, etc)	Sim
14	Origem do capital (nacional, estrangeiro, etc)	Sim
15	Natureza do capital (aberto, fechado)	Sim
16	Razão social anterior e data de alteração	Sim
17	Endereço completo da empresa (no caso de filial) e da sede	Sim
18	Números de telefones, fax, home Page, e-mail	Sim
19	Praças com filiais	Sim
20	CNAE - Código de Atividade Econômica da empresa	Sim
21	Descrição da atividade econômica da empresa	Sim
22	Atividade principal da empresa para efeitos fiscais	Não
23	Quantidade de empregados	Sim
24	Valor médio das exportações, se houver	Não
25	Valor médio das importações, se houver	Não
26	Principais produtos/serviços comercializados	Sim
27	Origem das compras (percentuais relativos aos mercados nacional e internacional)	Não
28	Composição das vendas (percentuais relativos aos mercados nacional e internacional)	Não
29	Análise de fatores externos, como variações de mercado, modismo, concorrência, entre outros	Sim

30	Quadro societário: acionistas/sócios/titular (CPF/CNPJ, nome /razão social, data de entrada no quadro societário, nacionalidade, percentual de capital votante e percentual de capital total	Sim
----	--	-----

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
31	Dados dos sócios / acionistas / titular / administradores	Sim
32	Quadro executivo: diretores/administradores	Sim
33	Participações em outras empresas (CNPJ, razão social da empresa, nome do participante, tipo de participação, percentual de participação)	Sim
34	Conselho de administração (CPF, nome, cargo, mandato de todos os conselheiros)	Não
35	Principais fornecedores (CNPJ, razão social, telefone (DDD/nº) e percentual que representa de compras)	Não
36	Principais clientes (CNPJ, razão social, telefone (DDD/nº) e percentual que representa das vendas)	Não
37	Referências bancárias (instituição, código do banco e agência)	Não
38	Referências de negócios (informar a última compra e o maior valor de faturamento)	Não
39	Informação de bens patrimoniais declarados: móveis (espécie, valor, dados descritos do bem, se possui ônus, na hipótese positiva que tipo de ônus)	Não
40	Informação de patrimônio declarado: imóveis (espécie, área total, área construída, valor, localização, se possui ônus, na hipótese positiva que tipo de ônus)	Não
41	Informações de seguro (modalidade, valor, vencimento e seguradora)	Não

GRUPO 2 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (DADOS HISTÓRICO-COMPORTAMENTAIS)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
42	Prazo em que a empresa liquida seus compromissos no mercado, principalmente com fornecedores (nomear intervalos como “pagamento em dia”, “entre 1 e 7 dias de atraso”, “entre 8 e 15 dias de atraso”, “entre 16 e 30 dias de atraso” e demais prazos, respectivos percentuais em relação ao total de dívidas pagas do consultado em relação ao número de fontes consultadas)	Não
43	Número de fontes que compõe a amostra para o cliente	Não

GRUPO 3 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (DADOS RESTRITIVOS)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
44	Data da ocorrência	Sim
45	Valor da ocorrência	Sim
46	Tipo de ocorrência “pendência” (protesto, ação judicial, ação fiscal, restrição no comércio, indústria, prestação de serviços, financeira, ocorrências com cheque, falência, concordata, recuperação judicial, insucesso empresarial entre outras)	Sim
47	Quantidade de ocorrências por tipos	Sim
48	Origem	Sim
49	Local (município e UF)	Sim
50	Anotações restritivas no comércio	Sim
51	Anotações restritivas no mercado financeiros	Sim
52	Anotações restritivas na esfera judicial	Sim
53	Anotações de falência (requerida ou decretada)	Sim
54	Anotações de concordata (decretada)	Sim
55	Anotação de recuperação judicial	Sim
56	Anotação de recuperação extra-judicial	Sim
57	Ocorrência envolvendo insucesso empresarial	Sim
58	Anotações restritivas nas esferas municipal, estadual e federal	Sim
59	Ocorrências envolvendo cheques: devolução, sustação, entre outros	Sim
60	Identificar o banco e quantidade de ocorrências com cheques	Sim
61	Quantidade de consultas e empresas que consultaram	Sim

GRUPO 4 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
62	Data de referência	Sim
63	Identificação do último demonstrativo (balanço ou balancete)	Sim
64	Valores (identificar se em unidades ou milhares)	Sim
65	Identificar o tipo de moeda	Sim
66	Validação das demonstrações (3 últimos exercícios e ou 2 últimos exercícios e balancete recente)	Sim
67	Análise do balanço patrimonial (ativo – desmembrado em circulante, realizável a longo prazo, imobilizado/ativo permanente e passivo – desmembrado em circulante, exigível de longo prazo e patrimônio líquido)	Sim
68	Análise do demonstrativo de resultados (receita bruta, deduções diretas da receita bruta, custo de produção/vendas, resultado operacional, despesas operacionais, depreciação, amortização, resultado líquido operacional, receitas/despesas financeiras, receitas/despesas não operacionais, resultado antes do IR, provisões de imposto de renda sobre o lucro (se houver), dividendos, resultado líquido final e giro de atividade)	Sim
69	Análise das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Sim
70	Análise do Fluxo de Caixa	Sim
71	Análise de Investimentos	Não
72	Análise de Imobilizado tangível e intangível	Sim
73	Análise vertical e horizontal dos demonstrativos contábeis (balanço patrimonial, demonstrativo de resultado, entre outros)	Sim
74	Apuração e análise dos indicadores de liquidez (corrente, geral, imediata e seca)	Sim

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
75	Apuração e análise dos indicadores de estrutura (participação de capitais de terceiros, composição de exigibilidades, imobilização do patrimônio líquido e obsolescência do imobilizado e capital circulante líquido)	Sim

76	Apuração e análise dos indicadores financeiros (cobertura de juros EBITDA, fluxo de caixa operacional pela dívida total, retorno sobre o capital, lucro pelo faturamento)	Sim
77	Apuração e análise dos indicadores de ciclo financeiro e operacional (prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento, prazo médio de estocagem, ciclo financeiro e ciclo operacional)	Sim
78	Apuração e análise dos indicadores de rentabilidade (giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido, custo médio ponderado do capital, custo do capital de terceiros, custo do capital próprio, retorno médio ajustado do ativo)	Sim
79	Com base nas informações elencadas acima, a licitante deve apresentar parecer conclusivo sobre a análise efetuada	Sim

GRUPO 5 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (DADOS SETORIAIS)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
80	Informações de Mercado	Não
81	Estudo setorial do ramo de atuação da empresa	Não
82	Análise comparativa do desempenho da empresa em análise com o setor de atuação	Não
83	Classificação da empresa dentro do setor	Não
84	Inadimplência do Setor	Não

GRUPO 6 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
85	Informações sobre o comprometimento da empresa com a sustentabilidade e a responsabilidade social	Não
86	Informações sobre o comprometimento da empresa com as questões ambientais (política de gestão ambiental, consumo racional de recursos naturais, aspectos e impactos ambientais e de conformidade legal.	Não
87	Informações sobre o comprometimento da empresa com questões sociais (política e gestão social, relacionamento com a sociedade, direitos humanos, práticas de emprego e trabalho decente, relacionamento com fornecedores, responsabilidade pelo produto e relatório anual, balanço social e demonstração do valor adicionado	Não

GRUPO 7 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (SERVIÇOS DE COBRANÇA)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
88	A licitante deve possuir base de dados para inserção de ocorrências restritivas de clientes inadimplentes com abrangência nacional e comprovar sua utilização pelos mercados financeiro, comercial, industrial e de serviços. Com as características a seguir:	Sim
89	Registro de data, hora, e identificação da pessoa que está enviando, regularizando e/ou excluindo o registro de negativação	Sim
90	Identificar a instituição	Sim
91	O registro será enviado com as informações: CNPJ/CPF, nome/razão social, tipo de operação, data da inadimplência, valor e o tipo de restrição	Sim
92	A licitante deve obedecer ao estabelecido no CDC – Código de Defesa do Consumidor e legislação complementar, no que se refere ao envio de correspondência ao devedor previamente à sua inclusão na base de dados, bem como ao tempo de permanência na base restritiva	Sim
93	A licitante deve permitir a exclusão do registro a qualquer tempo pela Desenvolve SP	Sim
94	A licitante deve disponibilizar relatórios para conferência das inclusões de clientes da Desenvolve SP que estão na base por solicitação desta e de eventuais rejeições; no caso desta última, deve haver o motivo que levou a não-inclusão.	Sim

GRUPO 8 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESAS COM FALÊNCIA/RECUPERAÇÃO JUDICIAL/CONCORDATA)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
95	A licitante deve disponibilizar banco de dados histórico com informações sobre empresas brasileiras atualmente com anotações ativas em processos de falências, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais por meio de pesquisa e levantamento nos cartórios brasileiros. A licitante deve, depois de apresentado o referido banco de dados, monitorar as novas inclusões de empresas em processos de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, tanto requeridas como deferidas e encaminhar a Desenvolve SP toda e qualquer alteração em sua situação, seja ela econômica, seja jurídica ou qualquer outra.	Sim

GRUPO 9 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
96	A licitante deve disponibilizar banco de dados com histórico dos últimos cinco anos, contendo informações sobre pessoas politicamente expostas, as quais são definidas como os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. A licitante deve, depois de apresentado o referido banco de dados, monitorar as alterações dessas condições das pessoas que constem na base e as novas inclusões, e encaminhar para a Desenvolve SP toda e qualquer alteração em sua situação, seja ela econômica, seja jurídica ou qualquer outra.	Sim

GRUPO 10 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (CADASTRO DE PESSOA FÍSICA)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
97	Nome	Sim
98	Número do CPF	Sim
99	Situação do CPF na Receita Federal do Brasil	Sim
100	Filiação (pai e/ou mãe)	Sim
101	Nacionalidade	Sim
102	Data de Nascimento	Sim
103	Local de Nascimento (cidade/UF)	Não
104	Sexo	Não
105	Estado Civil	Não
106	Regime de Casamento	Não
107	Documento de identificação (tipo, número, data de emissão e órgão expedidor)	Não
108	CEP	Sim
109	Logradouro, número, complemento, entre outros	Sim
110	Bairro	Não
111	Município	Não
112	UF	Não
113	DDD/Telefone	Não
114	Profissão	Não
115	Referências bancárias (instituição, código do banco e agência)	Não
116	Referências pessoais	Não
117	Informação de bens patrimoniais declarados: móveis (espécie, valor, dados descritos do bem, se possui ônus, na hipótese positiva o tipo de ônus)	Não
118	Informação de patrimônio declarado: imóveis (espécie, área total, área construída, valor, localização, se possui ônus, na hipótese positiva o tipo de ônus)	Não
119	Informações de seguro (modalidade, valor, vencimento e seguradora)	Não
120	Empresas em que participa (período, início e término)	Não
121	Empresas em que participou (período, início e término)	Não

GRUPO 11 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (CADASTRO POSITIVO)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
122	A licitante, enquanto Gestora de Banco de Dados – GDB, deve disponibilizar banco de dados com informações comportamentais de consumidores e empresas, respeitando as autorizações fornecidas pelas pessoas físicas e jurídicas. A licitante deve, depois de apresentado o referido banco de dados, monitorar as alterações das pessoas físicas e jurídicas que fazem parte do Cadastro Positivo e, por meio de conectividade via web, manter a base da Desenvolve SP atualizada. A licitante deve disponibilizar consulta, via conexão web e string XML, para obtenção de informações e relatórios.	Sim

GRUPO 12 – REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS (INFORMAÇÕES DE CONTROLE DE ACESSOS)

ITEM	REQUISITO	OBRIGATÓRIO
123	Data da consulta (dd/mm/aaaa)	Sim
124	Horário da consulta (hh/mm/ss)	Sim
125	Nome da empresa consultante (Desenvolve SP)	Sim
126	Nome do funcionário que realizou a consulta	Sim
127	Código de identificação do funcionário da Desenvolve SP junto a licitante	Sim
128	Tipo de relatório consultado	Sim
129	Nome da pessoa física ou jurídica consultada	Sim
130	CPF/CNPJ da pessoa física ou jurídica consultada	Sim
131	Relatório sintético mensal com a quantidade consultas por produto e por funcionário	Sim

ESTIMATIVA DE CONSULTAS

Produtos	1º ano de contrato	2º ano de contrato	3º ano de contrato
a) pequena empresa	18.000	19.000	21.000
b) média e média-grande empresa	2.700	2.970	3.267
c) grande empresa	144	158	174
d) construção civil	156	172	189
e) pessoa física e jurídica	1.980	2.178	2.396
f) consulta a banco de dados restritivo	79.000	86.000	95.590
g) inclusão e hospedagem de cliente em banco de dados restritivo	3.000	3.300	3.630
h) Alerta	12	12	12
i) monitoramento de cliente em banco de dados restritivo	78.000	85.800	94.380
j) PEP e bases trimestrais	12	12	12
k) Relatório Holding	5	6	6
l) Monitoramento de base em recuperação judicial e falência	12	12	12
m) Enriquecimento de base de dados cadastrais	300.000	0	0
Total para 36 meses	483.021	199.620	220.668

ANEXO II

DECLARAÇÃO – POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

(em papel timbrado da licitante)

AO DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
São Paulo - Capital

Prezados Senhores:

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da licitante _____ (*nome empresarial*), interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 002/2022, Processo ADM nº 124/2021 DECLARO(AMOS)**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que esta empresa, eventuais filiais e respectivos sócios:

- I. não emprega(m) menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega(m) menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- II. não exerce(m) atividade(s) que incentive(m) a prostituição;
- III. não explora(m) e nem foi(ram) flagrado(s) explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;
- IV. respeita(m) as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, não tendo sido condenado(s) pela infringência de quaisquer destas leis;
- V. não se encontra(m) alocado(s) em áreas embargadas pelo IBAMA;
- VI. não procedeu(ram) a invasão de terras indígenas de domínio da União, nem foi(ram) condenado(s) pela prática de atos da espécie;
- VII. não foi(ram) condenado(s) por conflitos agrários;
- VIII. não pratica(m) atos que caracterizem a falsidade ou violência na obtenção de título de posse ou propriedade de terras públicas ou privadas (grilagem), nem foi(ram) condenado(s) mediante sentença penal por atos da espécie;

-
- IX. respeita(m) as normas relativas à legislação ambiental, não tendo sido condenado(s) por crimes ambientais;
- X. não comercializa(m) armas de fogo e munições;
- XI. não realiza(m) atividade de extração de madeira ou produção de lenha ou carvão vegetal provenientes de florestas nativas;
- XII. não executa(m) a extração ou industrialização de asbesto/amianto;
- XIII. não explora(m) jogos de prognósticos ou assemelhados.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

(em papel timbrado da licitante)

AO DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
São Paulo - Capital

Prezados Senhores:

Eu....., representante legal da empresa **declaro**, sob as penas da Lei, que esta licitante interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 00/2022, Processo ADM nº 124/2021**:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

ANEXO III.2

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da licitante _____ (*nome empresarial*), interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 002/2022, Processo ADM nº 124/2021** **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) a licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;
- f) o representante legal da licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante contrato, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO DESENVOLVE SP

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o **DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**, estabelecido à Rua da Consolação, nº 371, Bairro Consolação, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.663.610/0001-29, neste ato representado na forma do Estatuto Social, por XXXXX **(QUALIFICAR)**, e por XXXXXX **(QUALIFICAR)**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado,, estabelecida à rua – em, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada por, **(QUALIFICAR)**, doravante denominada **CONTRATADA**, à vista do decidido no **PROCESSO ADM Nº 124/2021 - Pregão Eletrônico Gepin.2 nº 001/2022** e de acordo com a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, o Decreto Estadual 47.297, de 06 de novembro de 2002, o Decreto Estadual 51.469, de 02 de janeiro de 2007, o regulamento anexo a Resolução CC n.º 27, de 25 de maio de 2006, a Resolução CEGP 10 de 19/11/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989 com suas alterações posteriores e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios do **DESENVOLVE SP**, têm, entre si, justo e acertado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO DESENVOLVE SP**, cuja forma, obrigações e demais especificações se apresentam nas cláusulas a seguir enunciadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam e, por si e por seus sucessores, prometem fielmente cumprir e respeitar.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste Contrato a prestação, pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, de serviços técnicos de suporte à concessão, gestão, acompanhamento e registro em banco de dados de proteção ao crédito da carteira de crédito do Desenvolve SP, cujas especificações e demais elementos caracterizadores encontram-se descritos na Tabela e/ou Informativos apresentados pela **CONTRATADA** e no **Anexo I** do Edital referido no preâmbulo deste instrumento, que passa a fazer parte integrante do presente ajuste, doravante designado simplesmente **ANEXO I**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para melhor caracterização do objeto deste contrato, bem como para melhor definir e explicitar as obrigações contratadas, integram-no, para todos os efeitos de direito, o Edital de **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 002/2022** e os seus respectivos Anexos, bem como a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, naquilo que com este não conflitar.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As informações consultadas destinam-se a subsidiar decisões de crédito e de negócios da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá utilizar os produtos/serviços integral ou parcialmente (Blocos de Informação).

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido na legislação.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA

A **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da assinatura deste Contrato, disponibilizar à **CONTRATANTE** as informações solicitadas, para consulta, por meio de Relatórios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo a hipótese de concessão de novo prazo pela **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo anterior, será considerado como atraso no início da execução deste Contrato, para efeito de aplicação da multa prevista na Cláusula Décima Oitava.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O termo inicial da contagem do prazo para aplicação da multa referida no parágrafo anterior será o primeiro dia útil posterior ao estabelecido como termo final para o início da prestação dos serviços, constante no *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: Os serviços ora ajustados deverão ser prestados de acordo com o estabelecido na Tabela e/ou Informativos apresentados pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: A quantidade de consultas prevista no parágrafo primeiro é meramente estimativa, sendo certo que a **CONTRATANTE** poderá solicitar os serviços previstos na Tabela e/ou Informativos apresentados pela **CONTRATADA**,

necessários às atividades da **CONTRATANTE**, observando o valor estimado desta contratação.

PARÁGRAFO SEXTO: A Tabela e/ou Informativos poderão ser atualizados ou modificados, a qualquer tempo, pela **CONTRATADA**, exceto quanto ao preço que deverá observar o disposto na Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A Tabela e/ou Informativos que forem atualizados ou modificados passarão a integrar este Contrato, substituindo os anteriores, por apostilamento.

PARÁGRAFO OITAVO: As consultas serão pagas de acordo com a efetiva utilização, observando o tipo de consulta e o respectivo preço ajustado na Tabela, não cabendo à **CONTRATADA** o direito a qualquer pagamento adicional seja a que título for.

CLÁUSULA QUARTA

A **CONTRATANTE** deverá acessar as bases de dados com recursos próprios, mediante contas e senhas exclusivas e individuais de uso pessoal, intransferível e de conhecimento exclusivo do respectivo usuário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATANTE** reconhece que as senhas de acesso ao Banco de Dados da **CONTRATADA**, cadastradas pelos usuários, são de uso pessoal, intransferível e de conhecimento exclusivo do usuário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** responsabiliza-se, por si, seus empregados e/ou prepostos, pelo resguardo de suas senhas, não as repassando a terceiros, sob qualquer hipótese, nem mesmo à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, com vistas a garantir a necessária segurança na utilização das senhas, reserva-se o direito de independente de prévio aviso, bloquear contas ou reinicializar o processo de cadastramento de novas senhas.

DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA

Não obstante a **CONTRATADA** ser a única e exclusiva responsável pela plena e regular execução do objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, devendo a **CONTRATADA** facultar, a qualquer tempo, à **CONTRATANTE**, a mais ampla fiscalização dos serviços contratados e dos documentos que julgar necessários, com a finalidade de supervisionar e apurar a execução satisfatória deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo interesse, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade; esta fiscalização não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** e/ou de seus prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CONTRATANTE**, não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade por encargos e serviços que são de sua atribuição e competência, na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** reserva-se no direito de promover, por si ou por terceiros, a qualquer tempo, auditoria sobre todos os serviços contratados, visando garantir os níveis, disponibilidade e qualidade dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO: Todas as despesas e ônus resultantes do disposto nesta Cláusula e seus parágrafos, correrão por conta e risco da **CONTRATADA**, sem quaisquer custos adicionais à **CONTRATANTE** e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços unitários por consulta, constantes da Tabela de Preços e/ou Informativos da **CONTRATADA**, que lidos e rubricados passam a fazer parte integrante do presente ajuste, observadas as faixas de consumo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O preço total mensal a ser pago à **CONTRATADA** será obtido pela multiplicação da quantidade de consultas e serviços efetivamente realizados no mês, pelos respectivos preços unitários.

CLÁUSULA SÉTIMA

A **CONTRATANTE** efetuará pagamentos dos serviços prestados no 30º (trigésimo) após a emissão das respectivas Notas Fiscais/Faturas, que deverão ser entregues no dia seguinte à prestação dos serviços, na Rua da Consolação, nº 371, Consolação, Capital, São Paulo ou através do e-mail compras@desenolvesp.com.br e notas.compras@desenolvesp.com.br, sendo certo que o atraso na sua entrega, com os documentos comprobatórios necessários para o adimplemento da obrigação, nos termos do parágrafo quarto desta Cláusula, implicará na prorrogação da data do pagamento na mesma proporção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Notas Fiscais/ Faturas deverão ser devidamente atestadas pela área competente da **CONTRATANTE**, e os pagamentos efetuados

por meio de crédito em conta corrente em uma das Unidades de Negócios do **BANCO DO BRASIL S.A.** a ser designada pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o vencimento não recaia em dia útil bancário, os pagamentos serão efetuados no primeiro dia útil posterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá entregar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura relativa à prestação dos serviços o demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, com as seguintes informações: **a)** nome e CNPJ da **CONTRATANTE**; **b)** data de emissão do documento de cobrança; **c)** número do documento de cobrança; **d)** valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança; **e)** totalização dos valores e sua consolidação.

PARÁGRAFO QUARTO: Havendo atraso, sem justa causa, no pagamento de qualquer fatura, a **CONTRATANTE** sujeitar-se-á aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração e atualização monetária pela variação *pro rata die*, do IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

PARÁGRAFO QUINTO: Conferida a Nota Fiscal/Fatura e não estando ela de acordo com as condições pactuadas, será devolvida formalmente pela **CONTRATANTE**, com os motivos de recusa, ficando o pagamento prorrogado, nesta hipótese, na mesma proporção do tempo decorrido até a sua devida regularização.

PARÁGRAFO SEXTO: O pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura decorrente deste Contrato fica condicionado à inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** junto ao Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados junto a Órgãos e Entidades vinculados ao Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Para a efetivação dos pagamentos descritos nesta cláusula, a **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a apresentação, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, da prova de quitação das obrigações previdenciárias, do FGTS e do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde o último período já comprovado, até o período do referido pagamento, o qual, nesta hipótese, somente será liberado após a respectiva comprovação.

PARÁGRAFO OITAVO: A **CONTRATANTE** poderá ainda reter valores relativos a outros tributos ou contribuições, caso haja exigência legal, estabelecendo-a como sujeito responsável, hipótese em que serão observados os procedimentos previstos na respectiva legislação.

PARÁGRAFO NONO: O preço ajustado na Cláusula Quarta abrange todos os custos diretos e indiretos que a **CONTRATADA** venha a ter para a prestação dos serviços ora contratados, incluindo-se os serviços de informações e controle de

acessos tributários, mão de obra, encargos previdenciários, securitários e trabalhistas, e quaisquer outros custos ou encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão deste ajuste, não cabendo à **CONTRATANTE** nenhum encargo adicional.

DO REAJUSTE DOS PREÇOS

CLÁUSULA OITAVA

Os preços mencionados na cláusula quinta, constantes da Tabela de Preços e/ou informativos da **CONTRATADA**, serão reajustados anualmente, de acordo com o reajuste da Tabela e/ou Informativos da **CONTRATADA**, sendo certo que esse reajuste não poderá ultrapassar a variação do IPC/FIPE, verificada entre o índice do mês da data limite para a apresentação da Proposta Comercial da **CONTRATADA** e do mês imediatamente anterior ao do reajuste.

DA ABRANGÊNCIA DO PREÇO

CLÁUSULA NONA

O preço ajustado nos termos deste Contrato abrange, além do lucro, todas as despesas e todos os custos, sejam diretos ou indiretos, relativos à execução do objeto deste contrato, inclusive despesas com materiais de uso e consumo, mão-de-obra, fornecimento de materiais, acessórios, remunerações, bem como todos os benefícios e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e quaisquer outros decorrentes ou que venham ser devidos em razão do objeto, ficando certo que não caberá à **CONTRATANTE** qualquer custo adicional.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA

A **CONTRATADA** se obriga a:

I - Disponibilizar somente as informações constantes no seu Banco de Dados no momento da consulta, na forma prevista neste instrumento;

II - Fornecer gratuitamente os “layouts” para transmissão eletrônica de dados e para comunicação com os computadores da **CONTRATANTE**.

III – Disponibilizar seus equipamentos para atendimento às necessidades da **CONTRATANTE**, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

IV – Encaminhar a Tabela de Preços à **CONTRATANTE**, imediatamente após a sua alteração, por qualquer razão, em especial quanto aos preços das consultas,

sob pena de a **CONTRATADA** continuar utilizando, inclusive para os pagamentos, a Tabela anteriormente encaminhada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** não assume responsabilidade por perdas e danos e/ou lucros cessantes que possam, eventualmente, originar-se das informações prestadas, salvo em caso de ter laborado com culpa exclusiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** não se responsabiliza pela realização ou não realização de quaisquer negócios jurídicos entre a **CONTRATANTE** e seus clientes, não assumindo qualquer responsabilidade por eventuais perdas e danos que qualquer deles e/ou terceiros possam vir a pleitear, tanto na esfera judicial quanto na esfera extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Além daquelas decorrentes deste Contrato ou emanadas da Lei, são ajustados de forma expressa os seguintes impedimentos:

I – Fica vedada a utilização do nome da **CONTRATANTE** para todo e qualquer tipo de divulgação de sua atividade e/ou profissão, salvo se prévia e expressamente autorizada por esta;

II - Fica vedada à **CONTRATADA** a circularidade de duplicatas ou letras de câmbio contra a **CONTRATANTE**, ao amparo deste contrato;

III - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, direitos e obrigações que o presente Contrato lhe atribuir, salvo com prévia e expressa permissão da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

São de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da **CONTRATANTE**, as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, acidentária e civil, em relação aos recursos disponibilizados para a execução do objeto do presente ajuste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo propositura de ações trabalhistas, de qualquer natureza, por empregado da **CONTRATADA**, disponibilizado para a execução do contrato, nas quais a **CONTRATANTE** seja citada na condição de Reclamada ou Litisconsorte, fica, desde já, autorizada a retenção do respectivo valor atribuído à causa, até o trânsito em julgado da lide e cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações que resultarem de seu julgamento final.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os fins previstos no parágrafo anterior, a **CONTRATANTE** comunicará a **CONTRATADA**, previamente à retenção, acerca da propositura da ação trabalhista. Feita a comunicação a **CONTRATADA** obriga-se a requerer oportunamente a exclusão da **CONTRATANTE** da lide.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso até a data do pagamento da primeira fatura subsequente à ocorrência, não tenha sido deferida a exclusão da lide da **CONTRATANTE**, esta efetuará a retenção prevista no parágrafo primeiro, podendo, a critério da **CONTRATANTE**, referido valor ser reduzido, desde que a **CONTRATADA** demonstre, por meio de elementos hábeis e sólidos, que o valor atribuído à causa pelo Reclamante encontra-se incompatível em face das características da respectiva Ação e/ou do objeto do pedido.

PARÁGRAFO QUARTO: A retenção prevista no parágrafo primeiro será efetuada sobre os valores consignados nas Notas Fiscais/Faturas previstas neste ajuste.

PARÁGRAFO QUINTO: A retenção referida nesta cláusula poderá ser substituída, a critério da **CONTRATADA**, desde que previamente comunicado à **CONTRATANTE**, por depósito bancário, em qualquer modalidade, inclusive com remuneração, efetuado junto à **CONTRATANTE**, cuja movimentação e liberação ficarão subordinadas exclusivamente à autorização desta.

PARÁGRAFO SEXTO: Em sendo a **CONTRATANTE** condenada, os valores retidos na forma do parágrafo anterior serão utilizados para o pagamento da condenação, obrigando-se a **CONTRATADA** a complementá-los, caso a retenção seja insuficiente para a quitação da dívida trabalhista, no prazo a ser estabelecido, oportunamente, pela **CONTRATANTE**.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A **CONTRATANTE** se responsabiliza integralmente e com exclusividade perante seus clientes e/ou terceiros, quanto à utilização das informações disponibilizadas, respondendo por perdas e danos e/ou lucros cessantes que possam, eventualmente, originar-se das informações prestadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após o término deste Contrato, por qualquer circunstância, se a **CONTRATANTE** utilizar-se de informações porventura anteriormente armazenadas, colhidas da base de dados da **CONTRATADA**, a desatualização ou a inexatidão serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** reconhece que as despesas relativas às linhas de comunicação de dados, de telefonia e demais despesas decorrentes, ficarão a cargo da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A veracidade e a exatidão dos dados remetidos à **CONTRATADA** são de responsabilidade exclusiva da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATANTE** reconhece que:

- a) os processos utilizados para calcular a probabilidade de risco de crédito e/ou de inconsistência comercial são de propriedade exclusiva da **CONTRATADA**;
- b) a **CONTRATADA** não está obrigada a fornecer a natureza e/ou o conteúdo e/ou as fontes das informações utilizadas para calcular a probabilidade de risco de crédito e/ou de inconsistência comercial, nem tampouco os critérios técnicos utilizados para gerá-lo;
- c) compete, exclusivamente, à **CONTRATANTE**, a responsabilidade pela definição das políticas a serem adotadas com os seus clientes, em função da opção por tais serviços, bem como pela decisão de conceder ou não o crédito e realizar ou não o negócio em análise.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATANTE** observará a Política de Segurança exigida pela **CONTRATADA** para a execução do objeto deste contrato, sob pena de assumir todo e qualquer dano decorrente dessa inobservância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A **CONTRATANTE** não poderá:

I - Armazenar, divulgar e/ou fornecer a terceiros, em hipótese alguma e sob qualquer forma, as informações obtidas por intermédio do presente Contrato, inclusive após o término deste ajuste, exceto mediante prévia e expressa autorização da **CONTRATADA**;

II - Reproduzir qualquer página ou tela com dados de propriedade da **CONTRATADA**, inclusive as constantes em seu “site”;

III - Utilizar o acesso ao banco de dados da **CONTRATADA** para obter informações de pessoas físicas ou jurídicas com outra finalidade que não a de apoio à tomada de decisões de crédito e de negócios;

IV - Vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de informações com outras empresas, especialmente para aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados, salvo mediante prévia e expressa autorização da **CONTRATADA**.

V – Utilizar as informações consultadas para finalidades diversas das previstas na cláusula primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Será de responsabilidade da **CONTRATANTE**:

I - efetuar o pagamento correspondente à execução do serviço contratado, nos termos e nas condições especificadas neste Contrato;

II - proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa executar os serviços contratados com observância às regras preestabelecidas neste Contrato e nos instrumentos que o integram;

III - acompanhar e a manter fiscalização efetiva da execução dos serviços contratados;

IV - comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço contratado, fixando prazo para sua correção.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O presente contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação se, além das hipóteses legais, houver infração de alguma cláusula contratual, ou se os serviços forem executados com deficiência, insatisfatória qualidade ou desobediência a qualquer das condições aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Nos termos do artigo 121 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios da **CONTRATANTE**, constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:

I - O não cumprimento e/ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, serviços e prazos;

II - A lentidão no seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços nos prazos estipulados;

III - O atraso injustificado na prestação dos serviços;

IV - A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

V - A subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no mesmo;

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pela **CONTRATANTE**, para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - O cometimento reiterado de faltas na execução, devidamente anotadas;

VIII - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do(s) sócio(s) da **CONTRATADA**;

X - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;

XI - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVO

Em caso de rescisão deste Contrato, é facultado e resguardado à **CONTRATANTE**:

I - O direito de ver ressarcidos os prejuízos advindos da rescisão; e

II - O direito de retenção dos créditos decorrentes deste instrumento, até o limite dos prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO: É permitido à **CONTRATANTE**, no caso de instauração de regime de recuperação judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA**, manter o presente Contrato, assumindo o controle das atividades necessárias à sua execução.

DAS PENALIDADES CONVENCIONAIS GENÉRICAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Ocorrendo atrasos sem justa causa na execução do ora ajustado, em qualquer tempo e/ou fase, será devida pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre a parcela relativa ao atraso, limitada a 20% (vinte por cento) dessa parcela.

PARÁGRAFO ÚNICO: À **CONTRATANTE** fica reservado o direito de rescindir o presente ajuste, se houver atraso superior a 10 (dez) dias, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

A parte que der causa à rescisão, ou que, sem motivo justo, considerar rescindido o presente Contrato, pagará à outra, multa correspondente a 10% (dez por cento)

do seu valor total ajustado, devidamente atualizado, se for o caso, competindo à parte inocente a faculdade de aceitar ou não a rescisão.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em sendo a rescisão contratual motivada por causa injustificada da **CONTRATADA**, esta, além da multa prevista no *caput*, ficará sujeita cumulativamente à suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades dispostas neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Em caso de rescisão ou inexecução total ou parcial deste Contrato, erro ou demora na execução, execução imperfeita ou qualquer outra forma de inadimplemento contratual, sujeitar-se-á a **CONTRATADA**, cumulativamente e segundo a natureza e a gravidade da falta e observada a legislação vigente, às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multas, na forma e pelos percentuais previstos neste contrato;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

DAS PENALIDADES CONVENCIONAIS ESPECÍFICAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os pagamentos mensais poderão sofrer reduções circunstanciais e transitórias, a título de pena convencional específica, observada sempre a valoração dos fatos ocorridos, conforme descrito nos parágrafos desta cláusula, e a existência ou não de justa causa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATANTE** fiscalizará o nível apresentado na execução dos serviços e o cumprimento das obrigações, reclamando formalmente junto ao responsável da **CONTRATADA**, das irregularidades que constatar.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se houver reclamação formal à **CONTRATADA**, nos termos do parágrafo anterior e os problemas não forem prontamente superados, a **CONTRATANTE** aplicará à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

I - Duas irregularidades formalizadas referentes à mesma ocorrência, geram uma advertência;

II - Quatro irregularidades formalizadas referentes à ocorrências diferentes, geram uma advertência;

III - Duas advertências geram multa de 5% (cinco por cento) do valor do faturamento total do mês da ocorrência do fato que gerou a última advertência;

IV - Quatro advertências geram multa de 10% (dez por cento) do valor do faturamento total do mês da ocorrência do fato que gerou a última advertência;

V - Seis ou mais advertências geram multa de 20% (vinte por cento) do valor do faturamento total do mês da ocorrência do fato que gerou a última advertência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A formalização da(s) reclamação(ões), para efeitos de gerar advertência ou multa, será realizada pela **CONTRATANTE**, por meio da **Gerência de Compras e Contratos - GEPIN.2**.

PARÁGRAFO QUARTO: Se as ocorrências previstas no Parágrafo Segundo desta Cláusula se repetirem por 3 (três) vezes, isolada ou cumulativamente, em um mesmo mês, este Contrato poderá ser considerado rescindido, com a aplicação à **CONTRATADA**, das penalidades previstas neste instrumento.

VALOR ESTIMATIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

O valor relativo aos desembolsos deste contrato encontra-se previsto no orçamento da **CONTRATANTE**, sob o código nº 2010802 - serviço de fornecimento de informações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor estimativo mencionado no caput foi dimensionado com base em estimativas das quantidades de consultas e preços vigentes na data de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As quantidades de documentos/consultas previstas no parágrafo anterior são meramente estimativas/referenciais, sendo certo que os serviços serão pagos de acordo com a efetiva utilização, observando o tipo de consulta e os respectivos preços constantes da Tabela de Preços e ou Informativos.

DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas à **CONTRATADA**, por carta protocolada, telegrama, FAX ou por e-mail, no endereço constante no seu preâmbulo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Qualquer mudança de endereço de uma parte deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As reuniões realizadas entre representantes credenciados das artes, bem como as ocorrências que possam ter implicações neste Contrato, serão registradas por escrito, em forma de ata, assinadas pelos referidos representantes.

DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Será de responsabilidade da **CONTRATANTE** o tratamento e disponibilização, à **CONTRATADA**, de informações relativas à prestação dos serviços contratados, sendo certo que esta assume o compromisso de não divulgar, por qualquer forma, referidas informações a quem quer que seja, ainda que sobre a forma de cessão, locação, alienação, empréstimo, sem prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**, manifestada por documento escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de comprovação da falta de cumprimento do disposto no *caput*, ou de utilização das informações fornecidas pela **CONTRATANTE**, para outros fins de qualquer natureza ou espécie, que não os expressamente autorizados e para uso exclusivo dos serviços prestados à **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** responderá de forma incondicional civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da **CONTRATANTE** de promover a rescisão contratual, com a aplicação das penalidades previstas neste ajuste e na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer pretexto, utilizar o nome da **CONTRATANTE**, os serviços e os recursos a ela fornecidos, como forma de publicidade, propaganda e/ou qualquer outra forma de divulgação, sem o consentimento expresso e formal da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A obrigação do sigilo prevista nesta cláusula subsistirá não só durante o prazo de vigência contratual, como também pelo prazo de 10 (dez) anos, após o término de sua vigência.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** se obriga a orientar seus empregados e demais prepostos, vinculados à execução do objeto deste instrumento, a observar e respeitar as obrigações aqui contratadas e as regras internas da **CONTRATANTE**.

DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

A **CONTRATADA** firma, sob as penas da Lei, a Declaração de Responsabilidade Socioambiental, parte integrante deste instrumento como **Anexo II**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na eventual hipótese da **CONTRATADA** exercer quaisquer das atividades elencadas na Declaração, responderá civil e criminalmente sobre o fato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais pelo descumprimento contratual, inclusive a rescisão do contrato, garantida a defesa prévia.

CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

A **CONTRATADA** se obriga incondicionalmente a divulgar aos empregados/prepostos disponibilizados para a prestação dos serviços os termos constantes no Código de Conduta e Integridade da **CONTRATANTE**, que se encontra divulgado no site www.desenvolvesp.com.br.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA**, bem como os seus profissionais/prepostos deverão cumprir rigorosamente o estabelecido no referido Código, vez que a sua inobservância, além das sanções civis, criminais e administrativas, acarretará o descumprimento contratual, com as penalidades estabelecidas no contrato firmado entre a **DESENVOLVE SP** e a **CONTRATADA**, sem prejuízo do direito da **CONTRATANTE** de promover a rescisão contratual.

CONDUTA E LEI ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

A **CONTRATANTE** se compromete a conduzir seus negócios de maneira legal, ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais das leis anticorrupção.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de quaisquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as Leis da República Federativa do Brasil ou de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

DO GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

A **CONTRATADA** declara ter conhecimento que a **CONTRATANTE** está sujeita aos requisitos de gerenciamento do risco operacional, garantindo que, naquilo que

for aplicável à **CONTRATADA**, controla e mitiga o risco operacional na execução das suas atividades, nos termos da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

A **CONTRATADA**, de posse de quaisquer dados da **CONTRATANTE** que lhe forem repassados por força deste contrato e que estejam devidamente protegidos pela Lei nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis, não poderá divulgá-los e/ou transmiti-los a terceiros sem as devidas autorizações por parte da **CONTRATANTE**, em quaisquer circunstâncias, ou ainda, dos respectivos titulares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** obriga-se, ainda, a observar todas e quaisquer normas e/ou orientações expedidas pela autoridade competente prevista na Lei nº 13.709/2018, bem como alterações posteriores, competindo-lhe, também, informar o nome e dados de contato da pessoa que ficará encarregada pela proteção de dados em seu estabelecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** compromete-se, também, a reportar à **CONTRATANTE** qualquer incidente e/ou vazamento de dados pessoais tratados em virtude do cumprimento deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades previstas nesta cláusula ou nas disposições da Lei nº 13.709/2018, a mesma sujeitar-se-á, exclusivamente, às sanções administrativas previstas na citada legislação, facultado, ainda, ao **CONTRATANTE** o direito de pleitear da **CONTRATADA** quaisquer valores decorrentes de sanções que o **CONTRATANTE** venha a ser sofrer por força da citada legislação em razão da atuação da **CONTRATADA**.

DA PREVENÇÃO AOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

As partes declaram expressamente ter pleno conhecimento e comprometem-se à fiel observância das disposições legais concernentes à prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, contidas na Lei 9.613/98 e legislação correlata, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei 13.260/2016, bem como naquelas emanadas dos Órgãos reguladores dos diversos setores de negócio e atividade, comprometendo-se inclusive a fazê-lo em relação a eventuais alterações posteriores que estas venham a sofrer.

PARÁGRAFO ÚNICO: As partes declaram ainda que o inteiro teor da legislação envolvendo a matéria referida no parágrafo anterior é de conhecimento também de seus empregados, prepostos e terceiros em relação aos quais se responsabiliza integralmente pela fiel observância dos dispositivos legais em questão.”

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidos pela **CONTRATADA**, serão atualizados pelo IPC-FIPE – Índice de Preço ao Consumidor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro rata die” e acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

As penalidades previstas neste instrumento são independentes, sendo certo que uma não exclui a aplicação de outras, e serão impostas à **CONTRATADA**, na hipótese da não observância do cumprimento de suas obrigações estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA

Aplica-se neste Contrato, em especial nos casos omissos, as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste contrato e as disposições do Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos, que deram origem ao presente instrumento.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA

Para dirimir quaisquer questões resultantes do presente Contrato, elegem as partes o Foro Privativo das Fazendas Públicas da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, AS PARTES FIRMAM O PRESENTE CONTRATO EM 2 (DUAS) VIAS, DE IGUAL TEOR, PARA QUE PRODUZA UM SÓ EFEITO, NA PRESENÇA DAS 2 (DUAS) TESTEMUNHAS ABAIXO ASSINADAS E IDENTIFICADAS.

**DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
S.A.**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO V
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CONTRATADO:

CONTRATO Nº: GEPIN.2 Nº 00x/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DA INSTITUIÇÃO DESENVOLVE SP

ADVOGADOS - OAB: Denise Dessie Cabral Dias – OAB/SP: 91.938.

Cristiano Bonfim da Cruz – OAB/SP: 446.937.

E-mail: juridico@desenvolvesp.com.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, ____ de _____ de 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Assinatura: Não é aplicável a ratificação da dispensa, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ANEXO VI

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas de Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

São Paulo, ____ de _____ de 2021.

RESPONSÁVEL
(Nome, cargo e e-mail)

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 002/2021

PROCESSO ADM Nº 124/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE À CONCESSÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO EM BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DA INSTITUIÇÃO DESENVOLVE SP

MODELO DISPONÍVEL NA BEC